

RELATÓRIO ANUAL

20
16



Prev

SÃO PAULO

APROVEITE 12% DO BENEFÍCIO FISCAL E GANHE DE TRÊS MANEIRAS DIFERENTES.

12%

Primeiro, porque esse dinheiro é inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.

Segundo, porque com uma base de cálculo menor, **você tem menos imposto a pagar.**

E **terceiro**, porque **o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.**

ÍNDICE

- 4 MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA
- 7 ADMINISTRAÇÃO DA OABPREV-SP

RESULTADO DO PLANO EM 2016

- 11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
- 29 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO
- 31 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
- 33 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- 38 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
- 41 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- 45 PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 47 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
- 49 GLOSSÁRIO
- 53 ANEXO PARECER ATUARIAL

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

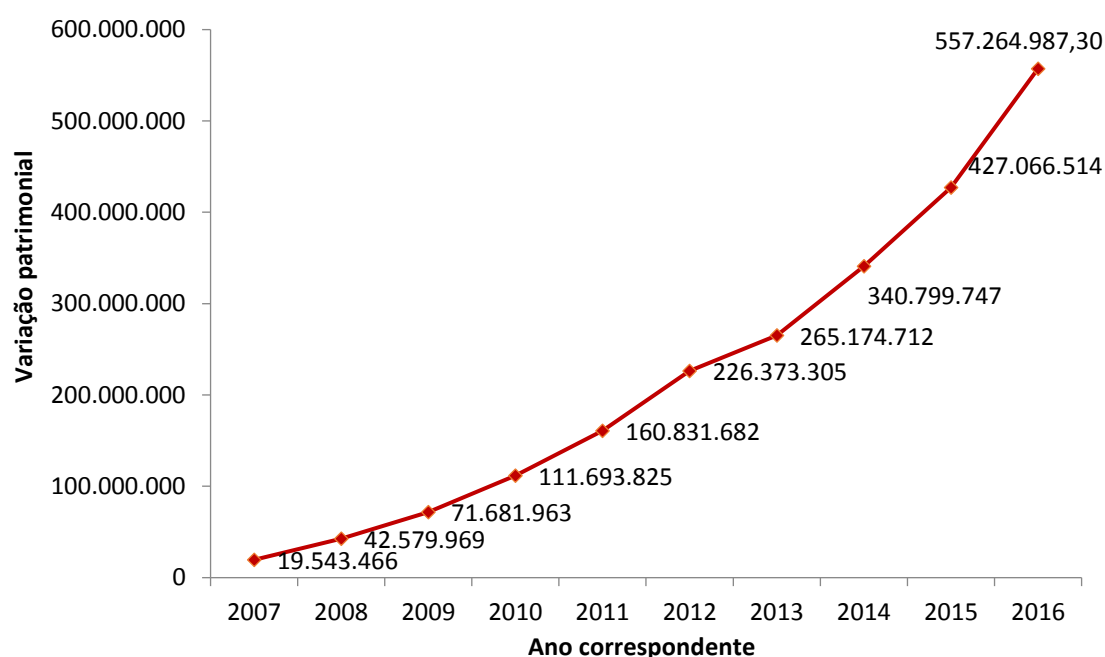
MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2016, na versão COMPLETA.

A OABPrev-SP exerce um papel de destaque no ramo dos instituidores que operam no Regime Fechado de Previdência Complementar instituídos por associações de classe em número de Participantes Ativos.

No período de 2007 a 2016, o Patrimônio Social administrado pela OABPrev-SP manteve seu ritmo de crescimento contando com os seguintes números:

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL DA OABPREV – SP DE 2007 A 2016 (EM R\$ MILHÕES)



Encerramos o exercício de 2016 com 41.199 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no cliente.

Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2014	2015	2016
Nº de Participantes*	34.611	37.848	41.199
Idade média (anos)	37,76	37,83	38,49
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	4,36	4,73	5,03
Contribuição média	R\$ 150,95	R\$ 161,00	R\$ 187,32
Saldo individual médio	R\$ 9.160,90	R\$ 10.522,68	R\$ 12.552,54

(*) Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a Entidade teve um aumento no número de participantes ativos em 2016 na ordem de 8,92%, quando comparado com o exercício de 2015.

Assistidos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2014	2015	2016
Nº de Assistidos	23	28	34
Idade média (anos)	55,35	56,46	58,08
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	7,15	8,16	8,94
Benefício médio	R\$ 1.707,04	R\$ 1.782,23	R\$ 2.095,15
Saldo individual médio	R\$ 235.657,52	R\$ 227.010,90	R\$ 251.930,50

Quanto aos participantes assistidos, ocorreu um aumento no número de aposentadorias, passando de 28 em 31/12/2015 para 34 benefícios em percepção em 31/12/2016. Do total de aposentados do Plano, 22 percebem benefício de aposentadoria programada e 12 percebem benefício por invalidez. Percebe-se, pela tabela acima, que a idade média dos assistidos é de aproximadamente 58,08 anos. Através da tábua AT 2000 - F, verifica-se que a expectativa de vida aos 58 anos é de aproximadamente 29 anos, ou seja, espera-se que uma pessoa com essa idade sobreviva até 87 anos, aproximadamente.

Pensionistas

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2014	2015	2016
Nº de Pensionistas	72	75	87
Idade média (anos)	44,56	45,04	45,29
Benefício médio	R\$ 954,91	R\$ 1.091,73	R\$ 1.132,73
Saldo individual médio	R\$ 83.913,67	R\$ 83.745,93	R\$ 84.911,76

A tabela acima demonstra que o número de benefícios de pensão por morte em 2016 aumentou em 16,0% com relação ao ano de 2015. Observa-se um aumento no valor dos benefícios médios dos pensionistas, e, no presente caso, um aumento do saldo individual médio.

Desde o início do funcionamento da Entidade, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados. Para isso, contamos com a participação ativa dos advogados.

Como nos demais anos, o relatório anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas pela Entidade. Com o envio do documento, a OABPrev-SP mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Lembramos que o Relatório Anual – versões completa e resumida - será disponibilizado exclusivamente por meio eletrônico na área restrita do Participante em www.oabprev-sp.org.br.

Boa Leitura!

ADMINISTRAÇÃO DA OABPREV-SP

ADMINISTRAÇÃO DA OABPREV-SP (TRIÊNIO 2014-2017)

EM 31/12/2016

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente: **Luís Ricardo Marcondes Martins**

Diretor Financeiro e AETQ: **Marco Antonio Cavezzale Curia**

Diretor Administrativo e de Benefícios: **Marcelo Sampaio Soares**

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: **Jarbas Antônio de Biagi**

Vice Presidente: **Rodrigo F.de S.de Figueiredo Lira**

Conselheira Titular: **Aparecida Ribeiro Pagliarini**

Conselheiro Titular: **Edilson Rinaldo Merli**

Conselheiro Titular: **Jairo Haber**

Conselheiro Titular: **Gilberto Custodio**

Conselheiro Titular: **Valdetário Andrade Monteiro**

Conselheiro Suplente: **Paulo José Carvalheiro**

Conselheira Suplente: **Adriana de Carvalho Vieira**

Conselheiro Suplente: **Luis Fernando Feola Lencioni**

Conselheiro Suplente: **André Luiz Marques**

Conselheiro Suplente: **Vinícius Maia Lima**

CONSELHO FISCAL

Presidente: **José Valente Neto**

Vice Presidente: **Janete Sanches Morales**

Conselheira Titular: **Fabiana Nunes**

Conselheiro Suplente: **José Roberto C. do Prado Salles Penteado**

Conselheiro Suplente: **Evandro Couceiro Costa Junior**

INSTITUIDORES DO PLANO

EM 31/12/2016

INSTITUIDOR	DATA ADESÃO
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo	07/10/2005
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Amazonas Caixa de Assistência dos Advogados do Amazonas	21/11/2006
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Pernambuco Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco	16/10/2007
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Piauí Caixa de Assistência dos Advogados do Estado Piauí	19/12/2007
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Ceará Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará	19/12/2007
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Estado de Sergipe Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe	08/07/2008
Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Rio Grande do Norte Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte	28/08/2008
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas Caixa de Assistência dos Advogados de Alagoas	03/08/2011
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Bahia	19/03/2012

RESULTADO DO PLANO EM 2016

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

RESULTADO DO PLANO EM 2016

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL					R\$ MIL
ATIVO	Nota	dez/16	dez/15	Δ%	
DISPONÍVEL	4	4.732	1.112	326%	
REALIZÁVEL		557.266	429.992	30%	
Gestão Previdencial	5	13.228	5	264460%	
Gestão Administrativa	6	811	821	-1%	
Investimentos	7	543.227	429.166	27%	
Fundos de Investimento		543.227	429.166	27%	
PERMANENTE	8	19	12	58%	
Imobilizado		19	12	58%	
TOTAL DO ATIVO		562.017	431.116	30%	
PASSIVO	Nota	dez/16	dez/15	Δ%	
EXIGÍVEL OPERACIONAL		3.903	3.831	2%	
Gestão Previdencial	9	583	3.541	-84%	
Gestão Administrativa	10	3.320	290	1045%	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		850	219	288%	
Gestão Administrativa	12	850	219	288%	
PATRIMÔNIO SOCIAL	13	557.264	427.066	30%	
Patrimônio de Cobertura do Plano		535.142	412.379	30%	
Provisões Matemáticas		535.142	412.379	30%	
Benefícios Concedidos		15.746	12.637	25%	
Benefícios a Conceder		519.396	399.742	30%	
Fundos		22.122	14.687	51%	
Fundos Administrativos		22.122	14.687	51%	
TOTAL DO PASSIVO		562.017	431.116	30%	

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL				R\$ MIL
DESCRIÇÃO	Nota	dez/16	Re classificado dez/15	Δ%
A) Patrimônio Social – Início do Exercício		427.066	340.800	25%
1. Adições		207.118	144.807	43%
Contribuições Previdenciais	14.1	128.728	104.223	24%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	16.1	58.179	31.768	83%
Receitas Administrativas		17.991	7.406	143%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	16.2	2.220	1.410	57%
2. Destinações		(76.920)	(58.541)	31%
Benefícios	14.2	(64.144)	(53.907)	19%
Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	12	(631)	(219)	188%
Despesas Administrativas		(12.145)	(4.415)	175%
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		130.198	86.266	51%
Provisões Matemáticas	14.3	122.763	82.084	50%
Fundos Administrativos	15.1	7.435	4.182	78%
B) Patrimônio Social – Final do Exercício (A+3)		557.264	427.066	30%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
DESCRIÇÃO	Nota	dez/16	dez/15	Δ%
A) Ativo Líquido - início do exercício		412.379	330.295	25%
1. Adições		186.907	135.991	37%
Contribuições	14.1	128.728	104.223	24%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.1	58.179	31.768	83%
2. Destinações		(64.144)	(53.907)	19%
Benefícios	14.2	(64.144)	(53.907)	19%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		122.763	82.084	50%
Provisões Matemáticas	14.3	122.763	82.084	50%
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)		535.142	412.379	30%
C) Fundos não previdenciais		7.435	4.182	78%
Fundos Administrativos	15.1	7.435	4.182	78%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
DESCRIÇÃO	Nota	dez/16	dez/15	Δ%
1. Ativos		557.847	430.607	30%
Disponível	4	2.432	245	893%
Recebível		35.349	14.693	141%
Investimento	7.1.1	520.066	415.669	25%
Fundos de Investimento		520.066	415.669	25%
2. Obrigações	9	583	3.541	-84%
Operacional		583	3.541	-84%
3. Fundos Não Previdenciais	13	22.122	14.687	51%
Fundos Administrativos		22.122	14.687	51%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	13	535.142	412.379	30%
Provisões Matemáticas		535.142	412.379	30%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA				R\$ MIL
DESCRIÇÃO	Nota	dez/16	dez/15	Δ%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		14.687	10.505	40%
1. Custeio da Gestão Administrativa		20.211	8.816	129%
1.1. Receitas		20.211	8.816	129%
Custeio Administrativo dos Investimentos		3.703	3.259	14%
Receitas Diretas		7.637	4.146	84%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	16.2	2.220	1.410	57%
Outras Receitas	15.2	6.651	1	665000%
2. Despesas Administrativas		(12.145)	(4.415)	175%
2.1. Administração Previdencial		(1.795)	(1.385)	30%
Pessoal e encargos		(539)	(415)	30%
Treinamentos/congressos e seminários		(64)	(41)	56%
Viagens e estadias		(158)	(109)	45%
Serviços de terceiros		(156)	(68)	129%
Despesas gerais		(801)	(622)	29%
Depreciações e amortizações		(6)	(5)	20%
Tributos		(36)	(110)	-67%
Outras Despesas		(35)	(15)	133%
2.2. Administração dos Investimentos		(3.703)	(3.030)	22%
Serviços de terceiros		(3.703)	(2.913)	27%
Tributos		-	(117)	-100%
2.4. Outras despesas	15.2	(6.647)	-	100%
3. Constituição de Contingências Administrativas	12	(631)	(219)	188%
6. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	15.1	7.435	4.182	78%
7. Constituição do Fundo Administrativo (6)		7.435	4.182	78%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	13	22.122	14.687	51%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
DESCRIÇÃO	Nota	dez/16	dez/15	Δ%
Provisões Técnicas (1+4)		535.725	415.920	29%
1. Provisões Matemáticas		535.142	412.379	30%
1.1. Benefícios Concedidos		15.746	12.637	25%
Contribuição Definida	13	15.746	12.637	25%
1.2. Benefício a Conceder		519.396	399.742	30%
Contribuição Definida		519.396	399.742	30%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	13	519.396	399.742	30%
4. Exigível Operacional		583	3.541	-84%
4.1. Gestão Previdencial	9	583	3.541	-84%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPREV-SP, inscrita sob o CNPJ 07.887.827/0001-08 é uma entidade Fechada de Previdência Complementar, nos termos da lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e as normas subsequentes, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios por ela operados e pela legislação em vigor.

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Diretoria de Análise Técnica aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da entidade OABPrev SP, bem como o estatuto e regulamento pela portaria nº 253 de 10 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 196 de 11 de outubro de 2005.

As atividades iniciaram em 1 de abril de 2006, sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes a qual possui como Instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER, inscrito no CNPB n. 2005.0042-11, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, a Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas, a Caixa de Assistência dos Advogados do Amazonas, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Pernambuco, a Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Piauí, a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Piauí, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Ceará, a Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Sergipe, a Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio Grande do Norte; a Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas, a Caixa de Assistência dos Advogados de Alagoas, a Ordem dos

Advogados do Brasil – Seção da Bahia e a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Bahia.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares do plano de benefício e custeio, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes, bem como os seus dependentes.

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER, instituído na modalidade de contribuição definida, estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (I) Aposentadoria Programada; (II) Aposentadoria por Invalidez; e (III) Pensão por Morte de Participante Ativo ou Assistido.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco para cobertura de morte e invalidez permanente do participante.

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER com data base de 31/12/2016 possui 41.199 participantes Ativos (37.822 em 2015), 34 Assistidos (28 em 2015) e 87 pensionistas (74 em 2015), além de apresentar uma idade média populacional de 38,49; 58,08 e 45,29 anos, respectivamente.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de receitas diretas e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores.

Essas demonstrações consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A OABPREV - SP apresenta as demonstrações contábeis em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MTPS/PREVIC Nº 25, de 17 de dezembro de 2015, e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

De acordo com a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

I - Balanço Patrimonial;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS);

Este Demonstrativo substitui a Demonstrac o do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modifica es sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

III - Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL);

Tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as muta es sofridas pelo Ativo Líquido do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

IV - Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL);

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

V - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - Consolidada;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, demonstrando as altera es do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

VI - Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT).

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada a totalidade dos compromissos do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.1. As principais práticas adotadas pela Entidade emanam das Resolu es CNPC n  8, de 31 de outubro de 2011, CGPC n  29, de 31 de agosto de 2009, Instru o SPC n  34, de 24 de setembro de 2009 e suas altera es posteriores, e encontram-se resumidas a seguir:

2.1.1. A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais e o plano de gestão administrativa.

2.1.2. As práticas contábeis aplicadas em 2016 estão de modo uniforme em rela o a 2015

2.1.3. APURA O DO RESULTADO:

As receitas e despesas são registradas com base no princípio da competência significando que na determina o do resultado são computadas as receitas, as adi es e as varia es positivas auferidas no mês, independentemente de sua realiza o, bem como as despesas, as dedu es e as varia es negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

As contribu es de participantes vinculados ao plano instituido são escrituradas com base no regime de caixa, por ocasião do recebimento, de acordo com o item 8.1 do anexo C da Resolu o CNPC n  08 de 31 de outubro de 2011.

2.1.4. REALIZÁVEL:

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realiza o e incluem, quando aplicável, as varia es monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

2.1.5. INVESTIMENTOS:

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários podem ser classificados em Títulos para negociação e Títulos mantidos até o vencimento.

A entidade possui apenas títulos para negociação contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.

2.1.6. EXIGÍVEL OPERACIONAL:

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros.

2.1.7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL:

Registra o montante das provisões em decorrência de processos judiciais mantidos contra a entidade com probabilidade de perda provável, tendo como base a avaliação dos consultores jurídicos.

2.1.8. OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos custeios previdenciais, custeios de investimentos e receitas diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

2.1.9. PROVISÕES MATEMÁTICAS:

O plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

2.1.10. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS:

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados

responsáveis pelos processos e as depreciações do ativo permanente. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE:

3.1. GESTÃO PREVIDENCIAL:

Compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA:

Compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

3.3. INVESTIMENTOS:

Compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da Entidade.

4. ATIVO – DISPONÍVEL

A denominação “disponível” é utilizada para designar os recursos que Entidade possui em caixa, bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

A posição do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, referente às contas correntes e caixa é a seguinte:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Descrição		
Caixa	-	1
Banco		
Bradesco- ag.:500 c.c.: 63457-3	312	2
Brasil - ag.:5905-6 c.c.: 55021-3	517	140
Itaú - ag.:0057 c.c.: 04388-7	261	394
Santander - ag.:0319 c.c.:53000055-1	3.642	575
	4.732	1.111
Plano de Benefícios	2.432	245
Plano de gestão Administrativa	2.300	866
Total do Disponível	4.732	1.112

5. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

O saldo apresentado no ativo realizado no valor de R\$13.228 corresponde aos valores a receber da movimentação previdencial de longo prazo. A referida movimentação corresponde ao resultado obtido na metodologia do cálculo da cota e quotização das reservas.

6. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Correspondem aos recursos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo, direitos a receber junto aos empregados e terceiros, além dos depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Administrativa.

A posição do Ativo Realizável – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Descrição		
Contas a Receber	9	643
Adiantamento de Salário	6	6
Pró Labore ⁽¹⁾	0	368
Recursos a Receber	3	3
Repasse Outros Custeios ⁽¹⁾	0	266
Depósitos Judiciais ⁽²⁾	802	178
PIS	112	25
COFINS	690	153
Total	811	821

(1) A partir da competência Novembro/2016, os repasses do Plano para o PGA, a título de custeio administrativo e as receitas diretas oriundas do pró-labore, passaram a ocorrer dentro da própria competência.

(2) A partir da competência junho/2015 os tributos incidentes sobre as receitas administrativas passaram a ser depositados judicialmente, diante do deferimento do processo nº 0010876-03.2015.4.03.6100, referente ao mandado de segurança para suspensão de contribuição de PIS e COFINS sobre as receitas administrativas

7. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN Nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos do plano de benefícios no ano de 2016 seguiu as diretrizes das respectivas políticas de investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua reunião ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2015, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em 15/01/2016.

b) Controle de Riscos

No âmbito da política de investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional/legal. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações nos preços e cotações dos títulos. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido. Enquanto o risco de liquidez se refere a possibilidade de não haver recursos suficientes para o pagamento de alguma obrigação ou não conseguir transformar ativos em caixa. Por fim, o risco operacional/legal está relacionado à falha de execução das atividades e ao descumprimento das regras aplicáveis.

➤ Monitoramentos dos riscos:

Risco de mercado: para cada segmento descrito na Política de Investimentos é utilizado uma métrica de risco limitando a atuação do gestor, de forma a minimizar o risco.

Risco de crédito: na Política de Investimentos é descrito o percentual que pode ser alocado para cada tipo de título, sendo dividido entre alto ou baixo risco, inclusive utilizando uma política mais conservadora do que as agências de rating internacionais.

Risco de liquidez: Como forma de minimizar esse risco é definido na Política de Investimentos um percentual de ativos que devem ser mantidos para liquidez imediata.

Risco operacional/legal: O administrador fiduciário é o encarregado pelo monitoramento da aderência das ativos em relação às legislações aplicáveis.

7.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

7.1.1. FUNDOS EXCLUSIVOS E NÃO EXCLUSIVOS

A Entidade possui em sua carteira de investimentos, fundos exclusivos e não exclusivos conforme demonstrado abaixo:

Participação Plano de Benefícios		
	31.12.16	31.12.15
Fundos Exclusivos		
Icatu Vanguarda FIC FIM OABPREV-SP	520.066	416.482
SUBTOTAL	520.066	416.482
Fundos Não Exclusivos		
BB INST FEDERAL FIC RF LP	12.069	6.340
ITAU INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI FI	11.092	6.344
SUBTOTAL	23.161	12.684
TOTAL	543.227	429.166

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e faixas de vencimento dos ativos constantes nos Fundos Exclusivos:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO	2016							
	Para Negociação				Até o Vencimento			Total
	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
Títulos Públicos Federais								
LETRA FINANCEIRA DO TESOURO	51.657	66.267	5.670	-	-	-	-	123.594
LETRA DO TESOURO NACIONAL	-	2.259	-	-	-	-	-	2.259
NOTA DO TESOURO NACIONAL-SÉRIE B	-	-	179	-	-	-	70.215	70.394
OPERAÇÃO COMPROMISSADA	17.903	12.322	10.759	-	-	-	-	40.984
Sub-Total	69.560	80.848	16.608	-	-	-	70.215	237.231
Títulos Privados								
CÉDULA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	6.361	-	-	-	-	-	-	6.361
DEBENTURE	983	17.326	-	-	-	-	-	18.309
LETRA FINANCEIRA	8.943	12.292	-	-	-	-	-	21.235
LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA	1.271	8.096	2.948	-	-	-	-	12.315
Sub-Total	17.558	37.714	2.948	-	-	-	-	58.220
Outros Valores Mobiliários								
Cotas de Fundos	-	-	-	224.797	-	-	-	224.797
BNP PARIBAS INFLAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	-	-	-	24.397	-	-	-	24.397
DRIVER BRASIL THREE BANCO VOLKSWAGEN FIDC FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS	-	-	-	221	-	-	-	221
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DA SANEAMENTO DE GOIAS S.A. SANEAGO INFRAESTRUTURA IV	-	-	-	403	-	-	-	403
GARDE D'ARTAGNAN FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	16.180	-	-	-	16.180
SANTANDER FIC FII MA-B INSTITUCIONAL TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	25.172	-	-	-	25.172
KONDOR LX FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	12.012	-	-	-	12.012
ICATU VANGUARDA GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	25.951	-	-	-	25.951
JGP MAX FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	11.837	-	-	-	11.837
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	-	-	-	9.680	-	-	-	9.680
ICATU VANGUARDA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	89.565	-	-	-	89.565
BNY MELLON ARX FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DE LONGO PRAZO	-	-	-	35	-	-	-	35
VINCI GAS DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	-	-	-	9.344	-	-	-	9.344
Provisões	(220)	-	-	-	-	-	-	(220)
Tesouraria	-	-	-	38	-	-	-	38
Sub-Total	(220)	-	-	224.835	-	-	-	224.615
Total	86.898	118.562	19.556	224.835	-	-	70.215	520.066

2015								
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS	Para Negociação				Até o Vencimento			Total
Títulos Públicos Federais	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
LETRA FINANCEIRA DO TESOIRO	2.229	91.016	25.066	-	-	-	-	118.311
LETRA DO TESOIRO NACIONAL	-	-	-	-	-	-	-	-
NOTA DO TESOIRO NACIONAL-SÉRIE B	3.117	957	156	-	-	-	48.732	52.962
OPERAÇÃO COMPROMISSADA	5.718	22.186	-	-	-	-	-	27.904
Sub-Total	11.064	114.159	25.222	-	-	-	48.732	199.177
Títulos Privados	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
CÉDULA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	4.596	-	-	-	-	-	-	4.596
DEBENTURE	-	13.729	299	-	-	-	-	14.028
LETRA FINANCEIRA	368	8.172	-	-	-	-	-	8.540
LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA	-	3.793	5.992	-	-	-	-	9.785
Sub-Total	4.964	25.694	6.291	-	-	-	-	36.949
Outros Valores Mobiliários	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
Cotas de Fundos	-	-	-	174.667	-	-	-	174.667
BRASIL PLURAL EQUITY HEDGE 30 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	3.675	-	-	-	3.675
ICATU VANGUARDA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	78.165	-	-	-	78.165
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	-	-	-	18.781	-	-	-	18.781
ICATU VANGUARDA GOLD FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	7.912	-	-	-	7.912
BRASIL PLURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	-	-	-	6.364	-	-	-	6.364
BNY MELLON ARX FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DE LONGO PRAZO	-	-	-	23	-	-	-	23
SANTANDER FIC FI IMA-B INSTITUCIONAL TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	-	-	-	20.188	-	-	-	20.188
BNP PARIBAS INFLAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	-	-	-	19.589	-	-	-	19.589
JGP MAX ESTRUTURADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	7.356	-	-	-	7.356
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS IX	-	-	-	267	-	-	-	267
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. SANEAGO INFRAESTRUTURA IV	-	-	-	403	-	-	-	403
DRIVER BRASIL THREE BANCO VOLKSWAGEN FIDC FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS	-	-	-	605	-	-	-	605
KONDOR LX FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	-	-	-	3.686	-	-	-	3.686
VINCI GAS DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	-	-	-	7.653	-	-	-	7.653
Provisões	5.608	-	(6)	-	-	-	-	5.602
Tesouraria	-	-	-	87	-	-	-	87
Sub-Total	5.608	-	(6)	174.754	-	-	-	180.356
Total	21.636	139.853	31.507	174.754	-	-	48.732	416.482

7.1.2. TÍTULOS CLASSIFICADOS COMO “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

O quadro a seguir apresenta a composição dos papéis mantidos até o vencimento registrados na carteira da Entidade, comparados com seus respectivos valores de mercado, em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Títulos Mantidos até o Vencimento	2016		2015	
	Valor A Mercado	Valor Contábil	Valor A Mercado	Valor Contábil
NTN-B	80.324	70.215	46.590	48.732
Total	80.324	70.215	46.590	48.732

8. ATIVO PERMANENTE

Os bens que constituem o permanente do Plano de Gestão Administrativa são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a composição do Ativo Permanente é a seguinte:

(Em milhares de reais)	Taxa de	Exercício findo em		
	depreciação	Amortização	31.12.16	31.12.15
Ativo Permanente				
Imobilizado				
Material de Informática	20% aa.		10	4
Móveis e Utensílios	10% aa.		7	5
Máquinas e Equipamentos	10% aa.		2	3
Total			19	12

9. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pelo plano de benefícios com terceiros, relativos a Gestão Previdencial, incluindo o contrato de repasse das contribuições de risco a uma seguradora que administra a cobertura de morte e invalidez oferecido pela entidade aos participantes do plano, ao repasse do custeio administrativo e a retenção de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre estes resgates e benefícios.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Descrição		
Retenções a Recolher	579	326
IRRF	579	326
Outras Exigibilidades	4	3.215
Repasse de Risco para a Seguradora ⁽¹⁾	-	2.947
Proposta a devolver	4	2
Repasse Outros Custeios ⁽²⁾	-	266
Total	583	3.541

(1) O Repasse de risco para a Seguradora é em virtude de uma seguradora decorre da contratação terceirizada do risco para a administração da cobertura de morte e invalidez pago mensalmente pelos participantes pertencentes ao plano de benefício OABPrev SP que optaram por esse serviço. A partir da competência Novembro/2016, houve uma alteração nos fluxos de recebimento e repasse do risco, alterando sua contribuição que era realizada no plano previdencial para o Plano de Gestão Administrativa.

(2) Vide Nota 6 (1)

10. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pela entidade relativas à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, ainda não liquidados, dentre outros.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

(Em milhares de Reais) Descrição	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Salários e Encargos	20	12
FGTS	3	3
INSS	11	6
IRRF	6	3
Fornecedores	322	250
Icatu Administração Previdenciária	322	250
Retenções a Recolher	38	28
IRRF sobre serviços pessoa jurídica	5	4
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços de terceiros	33	24
Outras exigibilidades	2.940	-
Repasse de Risco (1)	2.940	-
Total	3.320	290

(1) Vide Nota 9

11. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Os processos com probabilidade possível de perda que podem envolver questões previdenciárias, tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, de acordo com as normas contábeis em vigor, estão dispensados da constituição de provisão.

O plano de benefícios da OABPREV-SP possui 8 causas de natureza previdenciária na categoria “possível” em 2016 no valor de R\$ 2.096 (em 2015, possuía 7 causas no valor de R\$ 1.725).

A Entidade não possui causas classificadas como “provável”.

12. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A partir da competência de junho/2015 os tributos sobre receitas administrativas passaram a ser depositados judicialmente, diante do deferimento do processo nº 0010876-03.2015.4.03.6100, referente ao mandado de segurança para suspensão de contribuição de PIS e COFINS sobre as receitas administrativas.

A movimentação do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa no exercício de 2016:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em		
	31.12.15	Constituição	31.12.16
Tributos	219	631	850
PIS	31	88	119
COFINS	188	543	731
Total	219	631	850

13. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações do Plano e PGA, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 apresenta a seguinte composição:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Plano		
Patrimônio de Cobertura do Plano	535.142	412.379
Provisões Matemáticas	535.142	412.379
Benefícios Concedidos	15.746	12.637
Benefícios a Conceder	519.396	399.742
Plano PGA		
Fundos	22.122	14.687
Administrativos	22.122	14.687
Total Patrimônio Social Consolidado	557.264	427.066

13.1. PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 F	AT2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT2000 F	AT2000 F
Hipóteses sobre taxa de juros % *	0,00%	0,00%

* Quanto aos atuais aposentados, cujos benefícios foram concedidos anteriormente a março de 2009, adoção da taxa de juros de 4,33%a.a., conforme item 18, anexo à Resolução MPS/CGPC Nº 18, de 28 de março de 2006, que corresponde ao limite superior da taxa de juros parâmetro, disponibilizada pela Portaria Nº 197 de 2015, considerando a duração de dez anos.

Desde o exercício de 2014 este plano está dispensado do envio das Demonstrações Atuariais – DA, bem como de toda documentação decorrente do processo de Avaliação Atuarial, salvo por exigência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) (Instrução Previc Nº 12/2014).

Essas hipóteses não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, quando de sua concessão e em seu recálculo anual com base no saldo de conta remanescente, enquanto este existir. Sendo assim, com base no estudo enviado pela consultoria, optou-se pela manutenção das tábuas de mortalidade e a adequação da taxa real de juros à legislação vigente, bem como à expectativa de rentabilidade do plano para todos os Participantes e Assistidos, até que seja necessário novo estudo.

14. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

14.1. As receitas previdenciais totalizaram no ano R\$ 128.728 (em 2015, R\$ 104.223).

14.2. As despesas de benefícios dos assistidos totalizaram no ano R\$ 64.144 (em 2015, R\$ 53.907).

14.3. As constituições líquidas das Provisões Matemáticas foram cobertas com os resultados dos investimentos líquidos e contribuições, deduzidos dos pagamentos de benefícios, totalizaram no ano:

(Em milhares de Reais) Descrição	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
Benefícios Concedidos	3.109	1.175
Benefícios a Conceder	119.654	80.909
Total Constituições das Provisões Matemáticas	122.763	82.084

As variações ocorridas entre os exercícios de 2016 e 2015, nas receitas e despesas da Gestão Previdencial, decorreram do ingresso de participantes ativos e da concessão de novos benefícios, respectivamente.

15. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

15.1. As movimentações ocorridas na Gestão Administrativa resultaram em 2016, na constituição de Fundo Administrativo de R\$ 7.435 (R\$ 4.182 em 2015).

15.1.1. Em cumprimento a Instrução MTPS/PREVIC Nº 25, de 17/12/2015, foi realizada alteração no preenchimento dos Fundos não previdenciais passando a representar a variação do fundo administrativo e não mais seus respectivos saldos.

Abaixo demonstramos o efeito da mudança de critério:

(Em milhares de Reais)	Exercício findo em		
	31.12.16	Reclassificado 31.12.15	31.12.15
C) Fundos não previdenciais			
Fundo Administrativos	7.435	4.182	14.687
Total	7.435	4.182	14.687

- 15.2.** Outras Receitas e Despesas Administrativas – Conforme mencionado nas observações dos quadros das notas 8 e 9, na competência Novembro/2016 houve uma mudança no fluxo contábil das contribuições destinadas a parcela adicional de risco para cobertura de morte e invalidez permanente dos participantes. Tal mudança acarretou nas variações apresentadas nestas rubricas da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

16. CONTAS DE RESULTADO – INVESTIMENTOS

16.1. PLANO DE BENEFÍCIOS

O resultado líquido das aplicações dos investimentos, no ano, foi positivo de R\$ 58.179 (em 2015, positivo de R\$ 31.768) e foi transferido para a Gestão Previdencial por meio dos Fluxos dos Investimentos.

16.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O resultado líquido das aplicações dos investimentos, no ano, foi positivo de R\$ 2.220 (em 2015, positivo de R\$ 1.410) e foi transferido para a Gestão Administrativa por meio dos Fluxos dos Investimentos.

LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS
Diretor Presidente

MARCOS CELIO SANTOS NOGUEIRA
Contador
CRC-RJ nº 089.351/O-8

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM
INVESTIMENTOS DO PLANO**

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO

Em 31 de dezembro de 2016, as despesas administrativas diretas e indiretas do Plano somaram, respectivamente, R\$ 6.129 e R\$ 1.728 conforme detalhamento abaixo:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ Mil)	2016	
	7.857	100,00%
Despesas Diretas	6.129	78,01%
Pessoal Próprio e Encargos	539	6,86%
Treinamentos/Congressos	63	0,80%
Viagens e Estadias	158	2,01%
Recursos Humanos	19	0,24%
Consultoria Jurídica	22	0,28%
Informática	27	0,34%
Administradora de Planos	3.703	47,13%
Auditoria Externa	88	1,12%
Cartório	5	0,06%
PIS/COFINS	631	8,03%
Lanches e Refeições	13	0,17%
Locomoção	4	0,05%
Postagens	11	0,14%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	36	0,46%
Tarifas Bancárias	549	6,99%
Aluguel de Equipamentos	9	0,11%
Associações de Classe	17	0,22%
Água/Energia Elétrica/Telefone	5	0,06%
Eventos e Confraternizações	96	1,22%
Material de expediente	2	0,03%
Despesas com Divulgação	78	0,99%
Seguros	13	0,17%
Depreciação	6	0,08%
Outras Despesas	35	0,45%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	1.728	21,99%
Taxa de Administração	1.517	19,31%
CVM	29	0,37%
Custódia	1	0,01%
CETIP / SELIC / CBLC / ANBID	180	2,29%
Outras	1	0,01%

**INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA
ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO**

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Não houve alteração do Estatuto Social da Entidade em 2016.

REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração do Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER em 2016.

O Regulamento vigente do Plano e o Estatuto Social estão disponíveis para consulta no site www.oabprev-sp.org.br, no menu principal, na opção “Institucional” e, em seguida, em “Documentos”

**INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA
DE INVESTIMENTOS**

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - PREVER

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício

2016

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

16/12/2015

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Marco Antonio Cavezzale Curia

Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR E EMISSÃO

A fim de mitigar possíveis impactos em sua carteira, a OABPREV-SP adota as regras de diversificação impostas pela Resolução CMN 3792. A fim de identificar e classificar as operações que envolvem risco de crédito privado, a OABPREV-SP adotará as seguintes classificações para os títulos, de acordo com a nota de crédito (rating) do emissor ou da emissão, conforme o caso:

- Grau de Investimento: títulos que possuem maior grau de segurança sejam pela capacidade financeira de seu emissor ou por sua estrutura;
- Grau Especulativo: títulos com maior risco, sujeitos a análises mais cuidadosas.

A tabela a seguir define a classe de Grau de Investimento, com base nos ratings atribuídos pelas agências consideradas aptas a classificar o risco de crédito:

Agência de classificação	Instituições financeiras		Instituições não financeiras	
	PRAZO Longo prazo	PRAZO Curto prazo	PRAZO Longo prazo	PRAZO Curto prazo
Standard & Poors	brA-	brA-3	brA-	brA-3
Moody's	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3
Fitch Ratings	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)

As agências de classificação de risco utilizadas na avaliação dos ativos de crédito privado devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no caso de agências domiciliadas no país, ou reconhecidas pela CVM, no caso de agências domiciliadas no exterior.

Além disso, a OABPREV-SP limita a alocação nesses títulos, conforme a tabela seguinte:

Categoria de risco	Limite
Grau de Investimento + Grau Especulativo	50%
Grau Especulativo	5%

É importante ressaltar que não é permitida a aquisição de títulos classificados como grau especulativo. Nesse sentido, o limite estabelecido para alocação em títulos enquadrados como grau especulativo tem como principal objetivo permitir que sejam mantidos na carteira ativos que sofreram rebaixamento de rating, mas que não apresentam risco iminente de default, ou que tenham liquidez restrita demais para serem revendidos.

Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- No caso de títulos emitidos por instituições financeiras, como CDBs, RDBs e Letras Financeiras, será considerado o rating atribuído à instituição;
- No caso de títulos emitidos por instituições não financeiras, será considerado o rating da emissão, e não o rating da companhia emissora;
- Aplicações em DPGEs (Depósitos a Prazo com Garantia Especial) serão sempre consideradas como “Grau de Investimento”;
- Sempre será considerada a classificação mais recente obtida pela emissão ou pelo emissor, independentemente do prazo para vencimento da operação;
- No caso de notas atribuídas por mais de uma agência, será considerada, para fim de enquadramento, a pior nota;
- Se não houver rating válido atribuído ao emissor ou ao título em análise, este será automaticamente enquadrado como “Grau Especulativo”.

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Segmento / Mandato	Alocação (%)			Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
	Objetivo	Mínimo	Máximo		
Renda Fixa	83	61	100	76% CDI + 18% IMA-B + 6% (IPCA + 5,5%)	INPC+5% a.a.
Renda Fixa Tradicional	33	0	100	102% CDI	-
Renda Fixa IMA-B	15	0	40	IMA-B	-
Crédito Privado	30	0	35	105% CDI	-
Renda Fixa ALM	5	0	15	IPCA + 5,5%	-
Renda Variável	10	0	25	IBrX+4% a.a.	INPC+8% a.a.
Renda Variável Ativa	10	0	25	IBrX+4% a.a.	-
Investimentos Estruturados	6	0	10	INPC+6% a.a.	INPC+7% a.a.
Multimercados Estruturados	6	0	10	CDI	INPC+6% a.a.
Investimento no Exterior	1	0	4	MSCI	INPC+8% a.a.
Imóveis	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-	-

Além dos objetivos e limites de alocação acima definidos, a Resolução 3.792 estabelece outras restrições por modalidade de investimento e a concentração de alocação em títulos de um mesmo emissor. Os quadros a seguir mostram os limites que serão adotados pelo plano.

Concentração de recursos em um mesmo emissor			
Emissor	Mínimo	Máximo	Limite Legal
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	100,00%
Instituição Financeira	0,00%	20,00%	20,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00%	10,00%	10,00%
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	10,00%
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	10,00%
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	10,00%
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	10,00%
FIDC / FIC FIDC	0,00%	10,00%	10,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de cia Aberta	0,00%	10,00%	10,00%
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	0,00%	10,00%	10,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	10,00%

O quadro a seguir apresenta os limites para alocação em um mesmo emissor:

Concentração de recursos em um mesmo emissor			
Emissor	Mínimo	Máximo	Limite Legal
% do Capital Votante de uma mesma Cia Aberta	0,00%	25,00%	25,00%
% do Capital Total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0,00%	25,00%	25,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00%	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Investimentos Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%	25,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	25,00%	25,00%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	25,00%	25,00%

O quadro a seguir mostra os limites de concentração por modalidade de investimento:

Concentração por modalidade de investimento			
Modalidade de investimento	Mínimo	Máximo	Limite Legal
% de uma Série de Títulos ou Valores Mobiliários	0,00%	25,00%	25,00%
% de uma mesma Classe ou Série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	25,00%
% de um mesmo Empreendimento Imobiliário	0,00%	25,00%	25,00%

**RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS**

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A OABPREV-SP acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da relação retorno/risco tolerado da carteira e a mitigação de riscos inerentes ao processo de gestão de recursos.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira dos planos administrados pela OABPREV-SP, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792/2009 e na presente Política de Investimentos bem como na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Em 31/12/2016 os recursos do Plano de Benefícios estavam aplicados nos Fundos Icatu Vanguarda OABPREV SP FIC FIM, Itaú Institucional FI RF Ref DI e BB Institucional Federal Fundo FIC de FIRF Longo Prazo, respeitando a macroalocação descrita conforme o quadro abaixo (valores em milhares de reais):

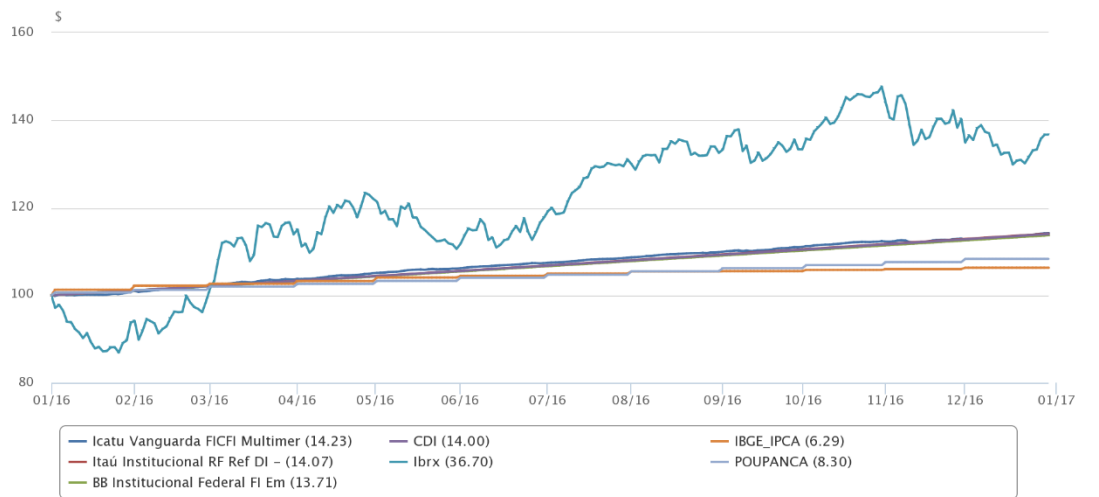
ALOCÇÃO	2016		2015	
Renda Fixa	497.826	91,27%	385.014,00	89,71%
Renda Variável	17.162	3,30%	29.435,00	6,86%
Investimentos Estruturados	28.240	5,43%	14.717,00	3,43%
Total	543.228	100,00%	429.166	100,00%

RENTABILIDADE NO ANO

Segmento	Benchmark	FUNDOS DE INVESTIMENTO*		
		Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Renda Fixa	(64% CDI) + (18% IMA-B 5) + (12% IMAB) + (6% IMA-B 5+)	14,47%	14,10%	15,76%
Renda Variável	IBrX	11,19%	11,18%	42,17%
Investimentos Estruturados	INPC+6% a.a.	16,19%	16,17%	12,97%
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-
Total dos Investimentos	INPC+ 5,75% a.a.	14,60%	14,21%	11,91%

*A rentabilidade de "FUNDOS DE INVESTIMENTO" é a rentabilidade da carteira composta pelos 3 fundos expostos.

Período de análise: 31/12/2015 a 30/12/2016



Fonte: Comdinheiro

Em 2016 os recursos da entidade se encontravam alocados nos Fundos:

- Icatu Vanguarda FIC OABPrev-SP, que teve uma rentabilidade líquida de 14,23%;
- Itaú Institucional RF Ref DI, que teve uma rentabilidade líquida de 14,07%;
- BB Institucional Federal FI, que teve uma rentabilidade líquida de 13,71%.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Instituidoras OAB Prev-SP – Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da OAB Prev-SP – Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, da demonstração do ativo líquido, do plano gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OAB Prev-SP – Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 42 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 18 de abril de 2017, analisou os relatórios da Auditoria Independente, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e constatou que foram praticados de acordo com os Princípios Gerais de Governança, com os preceitos da legislação e o Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2016, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP.

São Paulo, 18 de abril de 2017.

Jose Valente Neto

Presidente do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quanto às Demonstrações Contábeis e Financeiras e Notas Explicativas da OABPrev-SP referentes ao exercício de 2016: Em reunião de 03 de maio de 2017, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - OABPrev-SP, no uso das competências de que trata Art. 32 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis Financeiras e Notas Explicativas da OABPrev-SP, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e Notas Explicativas, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da OABPrev-SP e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e Financeiras, referentes ao exercício de 2016.

São Paulo, 03 de maio de 2017.

Jarbas Antônio de Biagi

Presidente do Conselho Deliberativo

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos, e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial ou meta de investimentos, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da Entidade.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos dos participantes. É uma comunhão de recursos destinados a aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo. O Parecer é confeccionado somente para os Planos classificados como modalidade Benefício Definido ou Contribuição Variável, que possuem componentes atuariais que impactam no resultado do Plano.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e dos Planos de Benefícios e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da Entidade e do Plano de Benefícios no ano.

ANEXO PARECER ATUARIAL

Fale Conosco



4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais localidades

SAC 0800 286 0116

www.oabprev-sp.org.br

Rua Quinze de Novembro, 62 - Centro
São Paulo - SP - CEP 01013 000

